SUPERDOTAÇÃO NAS ESCOLAS

ACAAH/SD

Associação Catarinense para Altas Habilidades ou Superdotação

Este material tem por finalidade apresentar às escolas questões fundamentais sobre Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD). Não pretende esgotar o tema; busca, antes, estimular a compreensão e apoiar práticas iniciais.

ACAAH/SD

Associação Catarinense para Altas Habilidades ou Superdotação

Associação Catarinense para Altas Habilidades ou Superdotação – ACAAH/SD

associacaocatarinenseahsd@gmail.com - @associacaoacaahsd

CNPJ: 56.425.726/0001-20

APOIO:

Sicredi

SUMÁRIO

ACAAH/SD: Quem somos 1

Apresentação - O que é superdotação, quem são os superdotados e por que escrevemos este livreto 2

Tátilla Gomes Versiani

1. Sobre-excitabilidade (SE) na superdotação: implicações no ambiente escolar 6

Joana Locatelli Heerdt

1.1. O que são sobre-excitabilidades? 6

1.2. O que fazer? 8

2. Transformando teoria em prática: adequações pedagógicas para estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD) 12

Quéren Almeida

3. Estudo de caso e Planejamento Educacional Individualizado (PEI): como conduzir 16

Karen Angelo Berkenbrock Martins

3.1. Como desenvolver um estudo de caso 17

3.2. Como desenvolver o PEI 22

3.3. A estrutura do PEI 22

3.4. Enriquecimento curricular como princípio estruturante 24

3.5. Adaptação curricular: flexibilizar sem reduzir 25

3.6. Implementação do PEI na prática escolar 26

3.7. O estudante não quer ser invisível 27

ACAAH/SD

Associação Catarinense para Altas Habilidades e Superdotação

ACAAH/SD
Associação Catarinense para Altas Habilidades ou Superdotação

QUEM SOMOS?

PAIS, FAMILIARES E APOIADORES DA SUPERDOTAÇÃO EM SANTA CATARINA.



Objetivo

CONECTAR FAMÍLIAS, PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES, PROMOVENDO VISIBILIDADE, APOIO E DEFESA DE DIREITOS.

O que fazemos

APOIAMOS FAMÍLIAS E EDUCADORES;
REALIZAMOS ENCONTROS, OFICINAS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS;

Fazemos também

AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO;
CONVERSAS COM O PODER PÚBLICO E SOCIEDADE, VISANDO À IMPLEMENTAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS SUPERDOTADAS.

CONHEÇA E APOIE

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO – ACAAH/SD
@ASSOCIACAOACAAHSD
CNPJ: 56.425.726/0001-20

Apresentação

O que é superdotação, quem são os superdotados e por que escrevemos este livreto

> O estudante superdotado não deve ser visto como exceção incômoda ao funcionamento escolar, mas como sujeito de direitos nesse sistema. Sua diferença não autoriza negligência. Sua capacidade não elimina sua necessidade de apoio. Seu potencial não justifica abandono pedagógico.
>
> *Tátilla Gomes Versiani*[1]

Durante muito tempo, os superdotados foram vistos apenas pelo desempenho que apresentavam, pelas notas que alcançavam, pela rapidez com que aprendiam ou, em muitos casos, pelos comportamentos que destoavam do padrão esperado pela escola, pela família e pela sociedade.

Entretanto, a superdotação não se resume ao rendimento acadêmico, tampouco pode ser reduzida a um rótulo, a um teste ou a uma expectativa de excelência.

Os superdotados são pessoas que apresentam capacidades, interesses, formas de pensar, aprender, criar, sentir ou resolver problemas em níveis qualitativamente e significativamente diferenciados quando comparados aos seus pares etários.

Superdotação é, antes, um potencial humano elevado que se manifesta de forma espectral, variando em gradientes e intensidades, podendo ou não se traduzir em desempenho visível, a depender das oportunidades, do contexto e dos apoios recebidos, inclusive apoio emocional.

[1] Vice-Presidente da ACAAH/SD, atua voluntariamente desenvolvendo atividades de coordenação pedagógica e organização de eventos voltados à conscientização, formação e defesa dos direitos de estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação. Atua também na idealização elaboração de materiais educativos e de divulgação, direcionando, ainda, as ações da Associação em Timbó, Indaial, Rio dos Cedros, Benedito Novo e Rodeio.

Não há, portanto, uma única forma de ser superdotado. A expressão desse potencial envolve dimensões cognitivas, emocionais, sociais e criativas, associadas a um funcionamento neurobiológico singular, marcado por modos próprios de perceber, aprender, sentir, elaborar e se envolver com o mundo. Trata-se de um funcionamento neurocognitivo mais associativo, integrado e complexo, no qual ideias, informações, emoções e experiências tendem a se conectar com intensidade e profundidade.

Nesse sentido, o advento da Lei nº 15.436/2026 representa um marco jurídico relevante ao fortalecer, no ordenamento jurídico brasileiro, uma compreensão mais ampla, atualizada e humanizada da superdotação, reconhecendo-a como condição do neurodesenvolvimento e reafirmando a necessidade de identificação, atendimento educacional especializado e desenvolvimento integral desses estudantes.

Trata-se de uma conquista construída pela luta de inúmeras famílias cujos filhos, embora avaliados e identificados, muitas vezes foram invalidados por não corresponderem ao estereótipo ainda presente no imaginário popular: o da criança genial, prodigiosa, sempre bem-sucedida, emocionalmente estável e sem necessidades de apoio.

Compreender a superdotação exige superar a visão limitada de que estudantes superdotados são apenas aqueles que “tiram boas notas”, que apresentam talentos extraordinários por área de interesse ou que não precisam de apoio. Ao contrário: são pessoas em pleno desenvolvimento, com necessidades educacionais específicas, que demandam identificação adequada, escuta qualificada, orientação, acompanhamento, pertencimento e oportunidades reais de desenvolvimento.

A criança superdotada pode apresentar desempenho cognitivo avançado em determinadas áreas e, ao mesmo tempo, revelar necessidades compatíveis com sua idade cronológica em aspectos emocionais, motores, sociais ou relacionais. A isso se chama assincronia, marcada por ritmos diferentes de amadurecimento entre capacidades cognitivas, emocionais, sociais e/ou motoras. Importante ressaltar que a assincronia não é um déficit ou patologia, tampouco indicativo de transtorno.

As assincronias evidenciam a importância de uma abordagem integral, capaz de reconhecer o estudante não como um desempenho a ser medido, mas como uma pessoa a ser compreendida. Ela pode impactar significativamente sua relação consigo mesmo, com a escola, com a família e, mais tarde, com o mundo

profissional. Afinal, superdotados crescem, seguem vivendo suas trajetórias entre potência, intensidade, sensibilidade e, muitas vezes, incompreensões.

Viver a superdotação é uma experiência humana singular e genuína. No entanto, ao contrário do que muitos imaginam, essa experiência pode tornar a vida mais complexa, não pela condição em si, mas pela falta de conhecimento, acolhimento e compreensão do entorno.

Muitas vezes, a pessoa sente, percebe, entende e projeta com intensidade, mas nem sempre consegue executar conforme idealizou e se frustra intensamente. E, por isso, acaba sendo julgada como sensível demais, pouco resiliente, procrastinadora ou preguiçosa, rótulos esses que veem o comportamento, mas não enxergam a pessoa.

A superdotação, portanto, não é privilégio. É uma condição do neurodesenvolvimento humano que exige compreensão e respostas educacionais adequadas, como enriquecimento curricular, flexibilização pedagógica, aprofundamento, suplementação, e, quando indicada, aceleração escolar.

Este livreto parte de uma premissa fundamental: reconhecer a superdotação é assegurar a efetivação dos direitos constitucionais e legais de crianças que apresentam necessidades educacionais específicas e que, por estarem fora dos padrões esperados, demandam atendimento educacional diferenciado e estratégias pedagógicas compatíveis com suas singularidades.

Não se trata de mera escolha pedagógica, mas de um dever constitucional e legal, diretamente vinculado ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito ao pleno desenvolvimento das potencialidades.

A educação não pode ser pensada apenas como acesso à escola. O direito à educação envolve permanência, participação, aprendizagem, desenvolvimento e pertencimento. Não basta que o estudante superdotado esteja matriculado; é necessário que seja visto, compreendido, desafiado e atendido em suas necessidades específicas.

Quando a Constituição fala em pleno desenvolvimento da pessoa, não se refere a um desenvolvimento mínimo, padronizado ou mediano. Refere-se ao desenvolvimento possível de cada sujeito, conforme suas necessidades, características, capacidades e potencialidades.

Dessa forma, negar enriquecimento curricular, flexibilização, aprofundamento, aceleração ou atendimento educacional especializado ao

estudante superdotado pode significar violar não apenas uma diretriz pedagógica, mas o próprio direito fundamental à educação adequada.

A Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reconhece os estudantes superdotados como público da Educação Especial e lhes assegura direitos que visam promover o atendimento de suas necessidades educacionais específicas, dentre as quais também está a formação especializada dos professores, essencial para a identificação, o acolhimento e a promoção do desenvolvimento desses estudantes.

Essa previsão é fundamental porque retira a superdotação do campo da informalidade, da opinião pessoal ou da boa vontade institucional. A partir da LDB, o atendimento ao estudante superdotado passa a integrar o dever jurídico dos sistemas de ensino.

Essas normas revelam que a superdotação não é tema periférico. Ela está expressamente contemplada na legislação educacional brasileira e exige atuação planejada do poder público, dos sistemas de ensino e das instituições escolares.

Assim, o estudante superdotado não deve ser visto como exceção incômoda ao funcionamento escolar, mas como sujeito de direitos nesse sistema. Sua diferença não autoriza negligência. Sua capacidade não elimina sua necessidade de apoio. Seu potencial não justifica abandono pedagógico.

A superdotação não deve ser romantizada, negligenciada ou confundida com autossuficiência. Estudantes superdotados precisam de desafios, mas também de acolhimento. Precisam de oportunidades, mas também de pertencimento. Precisam de escuta, orientação, mediação e políticas públicas efetivas.

Reconhecer a superdotação é reconhecer que o direito à educação não se esgota na matrícula e se realiza quando cada estudante encontra condições reais para desenvolver suas potencialidades, respeitando sua dignidade, sua subjetividade e seu modo singular de aprender.

Que, para além de qualquer rótulo, possamos enxergar pessoas, histórias, necessidades e direitos.

Convidamos cada leitor a fazer o que estiver ao seu alcance para que, juntos, possamos transformar a realidade de milhares de superdotados invisíveis e invisibilizados em Santa Catarina e no Brasil.

Boa leitura.

1 SOBRE-EXCITABILIDADE (SE) NA SUPERDOTAÇÃO: IMPLICAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

> O papel do professor não é diminuir a intensidade do estudante, mas ajudá-lo a compreendê-la, administrá-la e transformá-la em crescimento.
>
> Joana Locatelli Heerdt[2]

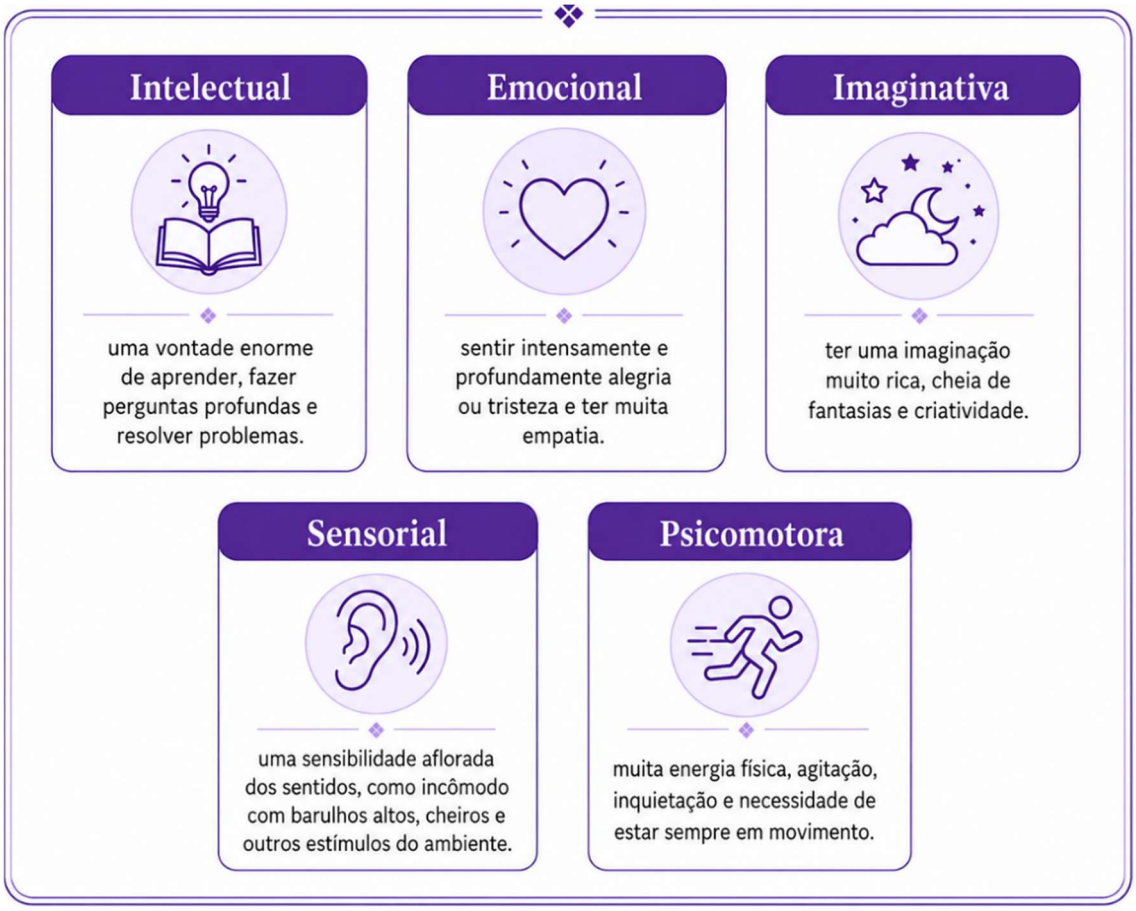
Para falarmos de sobre-excitabilidades (SEs) dos superdotados e como elas afetam e se manifestam dentro do ambiente escolar, primeiro precisamos entender de onde este termo surgiu.

1.1 O que são sobre- excitabilidades (SEs)

Entre a década de 60 e 70 um psiquiatra e psicólogo polonês chamado *Dabrowski* criou a Teoria da Desintegração Positiva, que explica como as pessoas se desenvolvem emocionalmente com uma compreensão da personalidade em níveis e observou que os indivíduos com maior potencial de desenvolvimento apresentavam respostas intensificadas aos estímulos.

Esse fenômeno passou a ser amplamente estudado na população com Altas Habilidades ou Superdotação surgindo assim o termo *overexcitability*. (NEUMANN, 2024). Basicamente, a SE é um efeito que ocorre no indivíduo de modo mais intenso que o esperado, uma forte reação psicológica envolvendo todo o sistema nervoso central e periférico, diante de algum estímulo percebido através dos cinco sentidos. As SEs foram descritas em cinco subtipos:

[2] Coordenadora da ACAAH/SD, atua voluntariamente direcionando as ações da Associação em Blumenau/SC e realiza formações em AH/SD para professores e comunidade.



Agora que entendemos a intensidade do superdotado, fica mais fácil de compreender a necessidade do entendimento desta condição, pois o desconhecimento acaba gerando julgamentos equivocados pelos colegas e professores, que veem as reações intensas como exagero, drama e desproporção ou as confundem com transtornos do neurodesenvolvimento.

Vamos ao seguinte exemplo: seu aluno ouve em sala, numa aula sobre o sistema solar, que o sol em bilhões de anos irá se apagar. O aluno impactado, reagindo a esta informação, começa a balançar as pernas rapidamente (SE psicomotora), levantando-se da carteira três vezes para apontar o mapa na parede, falando muito rápido e atropelando as palavras, pois, seu pensamento é mais rápido do que sua fala (SE intelectual).

E enquanto você, professor, fala, esse aluno visualiza mentalmente (SE imaginativa) a terra congelando e começa a desenhar em seu caderno uma história em quadrinhos baseada numa civilização que consegue escapar com naves espaciais desse fenômeno, se desligando complemente da sua explicação.

No meio da história o aluno fica ansioso e triste com a morte do sol, pensando no futuro da humanidade, e se isso por acaso poderia acontecer previamente (SE intelectual). Seus olhos se enchem de lágrimas (SE emocional).

Agora imaginem que ninguém saiba que esta criança é identificada com Altas Habilidades ou Superdotação, qual seria o primeiro julgamento para quem não conhece a condição? TDAH pois não para na carteira, TEA pela desregulação emocional ou TOD e sem limites por não conseguir atender aos comandos do professor da hora de permanecer sentado. Mesmo que estas condições possam aparecer concomitantemente com a superdotação, o que chamamos de **dupla excepcionalidade**, faz-se necessário o conhecimento de como essa criança funciona além do que pode ser observado.

Equívocos interpretativos frequentes levam ao desgaste no ambiente escolar. O professor, que não conhecendo o funcionamento da criança, e reage diante do comportamento apresentado, acaba por piorar a situação.

1.2 O que fazer?

Num primeiro momento, a identificação precoce se faz mais que necessária, é urgente e um direito do aluno. Em outro momento, a capacitação do professor sobre como agir acolhendo o funcionamento do aluno e não reagindo ao comportamento.

Continuando no exemplo anterior, para a SE motora podem-se adotar algumas ações: canalizar a agitação psicomotora com elásticos na carteira para o aluno poder empurrar, permitir que o aluno manipule brinquedos sensoriais (*fidget toys*) ou designe tarefas com movimento para ele, como apagar o quadro ou buscar algo na secretaria.

Quanto a SE imaginativa, pode-se validar a história em quadrinhos e solicitar para que ele crie um final baseado em soluções cientificas reais, além de acolher emocionalmente o choro, evitando frases como, "deixe de bobagem", e direcionando o foco para o que a ciência faz hoje para proteger o planeta.

Quanto à fala, caso o aluno queira dominar com perguntas ou não esperando sua vez, o professor pode evitar perguntas genéricas, dirigindo-se a cada

estudante chamando pelo nome e fazendo debates criando pequenos grupos. Caso fique com conversas paralelas, tente chamar atenção do aluno com perguntas de aprofundamento, envolvendo-o ativamente, aumentando o nível do desafio na aula.

Em seu livro "*Superdotação e Altas Habilidades, o que fazer e o que evitar*", Lara Milan (2025), descreve com maestria como envolver e valorizar estudantes superdotados na escola, mostrando que a turma toda pode se beneficiar das estratégias para este aluno, desde que seja oferecido o apoio adequado. Veja a tabela a seguir:



Trabalhar com estudantes superdotados pode ser muito desafiador, e, como já dissemos anteriormente, seus comportamentos podem parecer diferentes tanto no contexto escolar quanto familiar e social. Esses estudantes podem se sentir esgotados pela falta de compreensão e pelo próprio desgaste que a intensidade resulta. E a sala de aula acaba sendo oportuna para o adoecimento.

Compreender as SEs é muito mais do que conhecer uma característica da superdotação; é aprender a enxergar além do comportamento. Aquilo que, à primeira vista, pode parecer excesso, desobediência, dramatização ou desinteresse, frequentemente representa um cérebro e um sistema emocional funcionando com uma intensidade incomum.

Quando a escola reconhece essas manifestações e responde a elas com conhecimento, acolhimento e estratégias adequadas, ela deixa de combater a intensidade e passa a utilizá-la como um potente recurso para a aprendizagem. Um aluno que hoje é visto como "difícil" pode tornar-se aquele que inspira perguntas, cria soluções inovadoras, mobiliza a turma e desenvolve todo o seu potencial.

O papel do professor não é diminuir a intensidade do estudante, mas ajudá-lo a compreendê-la, administrá-la e transformá-la em crescimento. Da mesma forma, cabe à escola construir um ambiente em que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas, permitindo que estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação aprendam sem precisar esconder quem são.

A SE não é um problema a ser eliminado. É uma característica do desenvolvimento que, quando compreendida, pode tornar-se uma das maiores forças desses estudantes.

Quanto mais cedo professores, famílias e profissionais da educação aprenderem a reconhecer essas manifestações, menores serão os riscos de sofrimento emocional, fracasso escolar e diagnósticos equivocados, e maiores serão as oportunidades para que esses alunos floresçam. Sejam jardineiros!

REFERÊNCIAS

DĄBROWSKI, Kazimierz. *Positive disintegration*. Boston: Little, Brown and Company, 1964.

MILAN, Lara. *Superdotação e altas habilidades: o que fazer e o que evitar: guia rápido para professores do Ensino Fundamental – anos iniciais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025.

NEUMANN, Patrícia. *A sobre-excitabilidade na superdotação: contribuições de Kazimierz Dąbrowski*. Guarapuava, PR: Apprehendere, 2024.

2 TRANSFORMANDO TEORIA EM PRÁTICA: ADEQUAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO (AH/SD)

> Promover as adequações de que o aluno necessita, não implica necessariamente mais trabalho, significa apenas trabalhar de forma mais estratégica.
>
> Quéren Almeida[3]

Imagine comigo um estudante que compreende um novo conteúdo em poucos minutos, enquanto isso a maior parte da turma ainda está iniciando a resolução dos primeiros exercícios. Diante desse cenário, o que fazer? Pedir para que ele espere? Passar mais atividades semelhantes? Colocá-lo para ajudar os colegas? Ou ainda, simplesmente dar uma folha para que ele faça um desenho enquanto espera os demais terminarem?

Situações como essas são comuns quando há um estudante com Altas Habilidades ou Superdotação na sala de aula e mostram porque as adequações pedagógicas no cotidiano escolar são tão importantes.

Quando se fala em adequação pedagógica, o que vem a sua mente? Você sabia que adequações pedagógicas são um direito previsto em lei?

O artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) assegura a esses estudantes currículos, métodos, técnicas e recursos específicos para atender às suas necessidades. O inciso II deste artigo, garante a possibilidade de "aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar".

Isso quer dizer que **a escola tem responsabilidade de oferecer as condições para que esses alunos avancem conforme seu potencial de aprendizagem**. Dessa forma, na prática da sala de aula regular, as modificações ficam sob responsabilidade direta do professor regente, com o objetivo de flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem.

As adequações pedagógicas correspondem aos ajustes realizados pelo professor tanto no planejamento quanto na condução das atividades em sala de

[3] Coordenadora e membro do Conselho Fiscal da ACAAH/SD, atua voluntariamente direcionando as ações da Associação em Gaspar/SC e realiza formações em AH/SD para professores e comunidade.

aula, com o objetivo de atender e suprir as diferentes necessidades de aprendizagem de seus alunos.

No caso de alunos com AH/SD, essas adequações não têm por finalidade reduzir ou simplificar os objetivos curriculares, mas ampliar a complexidade, a profundidade e o nível de desafio das propostas pedagógicas.

Isso significa que esses estudantes permanecem vinculados ao currículo-base, mas devem ter acesso a estratégias diferenciadas que considerem seu ritmo de aprendizagem, seus interesses, sua capacidade de estabelecer conexões complexas e sua necessidade de desafios cognitivos mais avançados. Tais estratégias devem favorecer o aprofundamento de conceitos, a investigação, a criatividade, o pensamento crítico e a autonomia intelectual desses estudantes.

É muito importante lembrar que as adequações pedagógicas não são responsabilidade exclusiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) enquanto serviço educacional. **O AEE atua como parceiro pedagógico da escola, não substituindo o papel do professor da turma comum, que é o principal responsável pelo planejamento das experiências de aprendizagem no cotidiano escolar.**

Você deve estar se perguntando: Ok! Mas então o que fazer na prática? Um erro bem comum nas escolas é oferecer ao estudante com AH/SD mais exercícios do mesmo tipo, atividades extras que são repetitivas, papel fixo de monitor dos colegas ou tarefas apenas com o intuito de ocupar esse aluno para que não atrapalhe o andamento da aula, pois se não são desafiados podem demonstrar comportamentos disruptivos em razão do tédio e da falta de estímulo cognitivo.

Essas estratégias podem vir a gerar desmotivação, desinteresse progressivo, subutilização do potencial desses alunos, sensação de estagnação, ansiedade, sentimento de inadequação, sofrimento e inclusive *burnout* acadêmico.

Mas do que esses estudantes precisam? Esses estudantes necessitam de profundidade, complexidade e desafio, e não apenas aumento na quantidade de conteúdo. A análise das necessidades desse aluno deve ser intencional, para que de fato se consiga alcançar os objetivos propostos. Adequar, na prática, significa transformar uma mesma atividade em diferentes níveis de desafio.

Vamos utilizar como exemplo o componente curricular Língua Portuguesa, uma atividade comum seria a produção de um resumo. Quais seriam as possíveis adequações? Poderíamos utilizar um mapa conceitual, comparar o texto com outra fonte, ou até com outro estilo de escrita, ou quem sabe ainda, gravar um *podcast*

explicando as ideias principais, ou também escrever uma crítica argumentativa sobre o tema.

Mais um exemplo, agora para o componente curricular Matemática: vamos supor que a turma irá resolver exercícios de frações. O professor poderia criar problemas envolvendo situações reais do cotidiano, explicar como as frações podem aparecer em diferentes profissões, desenvolver um jogo matemático com a turma ou utilizar jogos já existentes como “Pizzaria maluca”. Outra possibilidade seria pesquisar como diferentes culturas utilizam ou utilizavam frações, ou ainda pesquisar curiosidades sobre o tema.

Vamos para o último exemplo? Agora vamos considerar o componente curricular Ciências, com o tema ciclo da água. As adequações possíveis seriam, pesquisar impactos ambientais locais, ou criar um experimento sobre evaporação, ou produzir um vídeo explicativo para outras turmas, ou ainda propor soluções para economia de água considerando sua realidade local. Você percebe que o conteúdo é o mesmo? O que muda é o nível de profundidade, autonomia e complexidade.

Quais outras estratégias você poderia utilizar: permitir que o estudante desenvolva investigações e pesquisas próprias dentro do tema estudado, substituir exercícios repetitivos por criação de produtos (textos, vídeos, podcasts, projetos, protótipos, maquetes, livros, obras de arte...). Transformar conteúdos em desafios reais que façam sentido para esse aluno.

Observe que promover as adequações de que o aluno necessita, não implica necessariamente mais trabalho, significa apenas trabalhar de forma mais estratégica. No início, pode parecer desafiador, mas depois você cria o hábito de, ao estar elaborando o planejamento, já desenvolver *insights* de possibilidades de adequação automaticamente, o que irá enriquecer não apenas o aprendizado dos seus alunos como também a sua prática pedagógica.

Nesse processo, o professor deixa de ser apenas o transmissor do conteúdo e passa a ser um organizador de experiências de aprendizagem. Para isso você precisa se perguntar: o que esse aluno já domina, o que ele pode aprender além do que está previsto e como você pode transformar essa atividade em um desafio real.

As adequações pedagógicas para alunos com AH/SD não são um recurso opcional ou complementar. São estratégias essenciais para garantir o direito à aprendizagem que está previsto na legislação brasileira e, mais do que isso, é reconhecer que alunos diferentes aprendem de formas diferentes e a escola deve ter o compromisso de responder a isso com intencionalidade pedagógica.

Quando bem aplicada, a adequação pedagógica tem o poder de beneficiar não apenas o aluno com AH/SD, como também toda a turma, visto que eleva a qualidade do ensino, incentiva práticas criativas, investigativas e com muito mais significado.

Ser professor é lidar diariamente com desafios, escolhas e responsabilidades. Mas também é ter o privilégio de transformar trajetórias.

Esperamos que este material inspire você a experimentar novos caminhos, reconhecer diferentes formas de aprender e descobrir que **a adequação pedagógica não é um peso a mais, mas uma oportunidade de tornar o ensino mais significativo para todos**. Vamos juntos nessa jornada de descobertas?

3 ESTUDO DE CASO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): COMO CONDUZIR

> O estudante superdotado ou duplo excepcional não se sente mal por ser visto. Ele se sente mal quando é invisibilizado. Não é a diferença que o machuca; é a negação dela. Não é ter atividades distintas, projetos próprios ou um ritmo diferente que o faz sentir-se excluído. É descobrir que suas necessidades foram minimizadas, contornadas ou ignoradas para que ele coubesse em um padrão que nunca foi feito para ele.
>
> Karen Angelo Berkenbrock Martins[4]

Planejar para um estudante superdotado ou duplo excepcional sem conhecê-lo profundamente é como tentar encontrar um caminho sem saber de onde se parte.

O estudo de caso é exatamente esse ponto de partida: um processo investigativo que organiza, de forma sistemática e sensível, aquilo que precisamos saber sobre quem é esse estudante, como aprende, como sente e como se relaciona com o conhecimento e com o mundo. Mais do que um conjunto de registros, o estudo de caso é um exercício de escuta pedagógica. Ele rompe com a lógica das notas e das avaliações formais como únicas fontes de compreensão e convida a escola a olhar para o estudante em sua integralidade: sua história, seus interesses, seus ritmos, suas potencialidades e suas vulnerabilidades.

No contexto da superdotação, não basta identificar que uma criança aprende rapidamente ou que demonstra conhecimentos avançados para sua faixa

[4] Coordenadora e membro do Conselho Fiscal da ACAAH/SD, atua voluntariamente direcionando as ações da Associação em Palhoça/SC e realiza formações em AH/SD para professores e comunidade.

etária. É preciso compreender como esse estudante se organiza, como pensa, como aprende e quais são suas necessidades específicas.

O objetivo do estudo de caso, portanto, é compreender o funcionamento do estudante para que as intervenções pedagógicas façam sentido e estejam alinhadas às suas necessidades individuais.

Um estudo de caso consistente articula múltiplas fontes de informação: Histórico escolar; Observações em sala de aula; Interesses e paixões do estudante, que são, muitas vezes, a porta de entrada para o engajamento genuíno; Desempenho acadêmico em diferentes áreas, considerando tanto aquelas em que apresenta alto domínio quanto aquelas em que demonstra maior dificuldade; Estilo de aprendizagem; Aspectos socioemocionais, que revelam como o estudante se relaciona com o erro, com o outro e consigo mesmo; Relatos da família, que trazem dimensões nem sempre visíveis no ambiente escolar; Análise do comportamento diante de desafios cognitivos.

3.1 Como desenvolver um Estudo de Caso

1º Escuta da família: O processo começa com a família, sem a presença do estudante. Essa escolha não é arbitrária: esse é um espaço para que os responsáveis possam falar com liberdade sobre como a criança vivencia a escola e o ambiente doméstico, quais são seus interesses mais intensos, suas sensibilidades, seus sinais de estresse, suas alegrias e suas queixas. É também o momento de alinhar expectativas sobre o que é o Plano Educacional Individualizado e, igualmente importante, o que ele não é. Nessa etapa, a equipe pedagógica precisa ler com atenção e cuidado todos os documentos que a família trouxer: laudos médicos, avaliações psicológicas, psicopedagógicas, neuropsicopedagógicas ou pedagógicas. Esses documentos não devem ser arquivados passivamente; precisam ser lidos, compreendidos e integrados à síntese que a escola construirá sobre o estudante. Quando há uma equipe multidisciplinar acompanhando o caso, esta também é a oportunidade de escutá-la.

2º Conversa com o estudante: O estudante não é objeto do processo. É sujeito. Por isso, ele precisa ter voz, considerando sua idade e seu momento de desenvolvimento. Essa conversa não é uma entrevista clínica, nem uma avaliação

disfarçada. É um encontro. A escola pergunta o que ele gosta, o que considera difícil, o que o entedia e o que desperta sua curiosidade. Pergunta como prefere aprender, o que faz quando não compreende algo e o que sente quando sabe a resposta antes de todos os colegas. Essas perguntas simples, feitas com genuíno interesse, revelam quem de fato é esse estudante, quais estratégias pedagógicas ele identifica como mais favoráveis à sua aprendizagem e, principalmente, fortalecem os vínculos de confiança entre a equipe pedagógica e o estudante. **É importante que, na medida do possível e do aplicável, a escola acolha e coloque em prática as necessidades e sugestões trazidas pelo estudante. Quando não for possível atender a determinada solicitação, é fundamental explicar o motivo e apresentar alternativas mais compatíveis com as necessidades do educando e com as possibilidades da instituição escolar.** A partir desse diálogo, o estudante se sente respeitado, visto, acolhido e integrado ao ambiente escolar.

3º Levantamento pedagógico interno: com as informações da família e do estudante em mãos, a escola volta o olhar para dentro. A observação em sala de aula é insubstituível nessa etapa: é preciso compreender como esse estudante se comporta no cotidiano, qual é o seu ritmo em relação à turma, em quais áreas seu domínio é claramente avançado, onde surgem dificuldades persistentes e como tudo isso impacta seu engajamento. Comportamentos frequentemente interpretados como indisciplina, desatenção ou arrogância podem ser, na verdade, expressões de um desajuste entre aquilo que a escola oferece e aquilo que o estudante necessita. O olhar pedagógico atento é capaz de fazer essa distinção. É necessário considerar que, se temos um estudante na escola que apresenta indicadores de superdotação e um desempenho incompatível com seu potencial identificado, **o questionamento que precisa ser feito é: "O que, na escola, pode estar limitando ou dificultando seu desenvolvimento?"**

4º Síntese pedagógica da escola: A síntese é uma narrativa pedagógica que integra todas as informações levantadas e traduz esse conjunto em orientações concretas para o planejamento. Ela precisa contemplar: os pontos fortes e potenciais do estudante, reconhecidos como base para qualquer intervenção; as assincronias observadas, que indicam onde o suporte precisa ser mais cuidadoso; as necessidades educacionais específicas, descritas de forma clara e aplicável; os limites e as possibilidades reais da escola, apresentados com honestidade.

A síntese do estudo de caso organiza-se em um retrato completo do funcionamento do estudante. Ela precisa conter: o perfil cognitivo, o perfil de assincronias e o perfil sensorial e socioemocional do estudante.

Perfil cognitivo: compreender o perfil cognitivo é a base sobre a qual todas as decisões pedagógicas precisam ser sustentadas. Conhecer como o estudante pensa, aprende e estabelece relações com o conhecimento permite que a escola construa propostas mais significativas e adequadas às suas características individuais. Quais são as suas áreas de maior interesse? Com que ritmo e profundidade esse estudante aprende? Qual é o seu estilo preferencial de aprendizagem? Ele aprende melhor por meio de imagens, leitura, discussão, experimentação ou outras estratégias?

Perfil de assincronias: As assincronias aparecem quando diferentes dimensões do desenvolvimento caminham em ritmos distintos. Elas não são falhas a serem corrigidas, mas características a serem compreendidas, pois determinam, em grande medida, os pontos em que o estudante pode encontrar dificuldades caso a escola não esteja atenta. As assincronias podem ser encontradas em um estudante da forma seguinte:

Perfil	Descrição
 **Cognitivo *versus* emocional**	O estudante pode raciocinar com sofisticação, demonstrar conhecimentos avançados e apresentar uma compreensão complexa do mundo, mas reagir emocionalmente com a intensidade esperada ou ampliada para sua faixa etária. A escola, muitas vezes, espera uma maturidade emocional equivalente ao desempenho intelectual e pode se surpreender quando essa correspondência não acontece.
 **Cognitivo *versus* executivo**	Há um descompasso entre a capacidade de pensar com profundidade e a capacidade de organizar, iniciar e concluir tarefas. O estudante pode compreender conceitos complexos e, ao mesmo tempo, apresentar resistência significativa à cópia ou à escrita, sendo, por isso, confundido com alguém preguiçoso ou desmotivado. Na realidade, pode estar vivenciando um descompasso entre aquilo que consegue elaborar internamente e aquilo que consegue expressar por meio da execução. Mapear essas especificidades é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas compatíveis, como a dispensa da cópia do quadro, a utilização de recursos tecnológicos para escrita, avaliações adaptadas e o ensino de estratégias que auxiliem o estudante na organização, no planejamento e na autorregulação.
 **Executivo *versus* funcional**	O estudante pode apresentar dificuldades para planejar, iniciar ou finalizar tarefas, adaptar-se a mudanças e regular suas próprias reações emocionais e comportamentais, mesmo quando demonstra compreensão aprofundada dos conteúdos e uma percepção sofisticada sobre o mundo.
 **Cognitivo *versus* social**	Seus interesses, sua forma de comunicação e sua maneira de interpretar situações sociais podem ser diferentes das de seu grupo etário, o que pode gerar isolamento, dificuldades de pertencimento ou levar o estudante a camuflar suas características para ser aceito pelo grupo.

Perfil sensorial e socioemocional: O perfil sensorial e socioemocional revela como o estudante sente, reage e se engaja no ambiente. A intensidade emocional, a forma como lida com a frustração e com o erro, os contextos em que o engajamento aparece de maneira genuína e sustentada são informações essenciais para compreender o que o mobiliza e o que pode dificultar sua participação. É preciso observar também que alguns estudantes com altas habilidades ou superdotação podem experienciar o mundo pelos sentidos e pelas emoções com uma intensidade diferenciada. Na escola, isso pode se manifestar de formas que precisam ser cuidadosamente investigadas:

1. Há reações intensas a estímulos do ambiente, como barulhos, cheiros, texturas de materiais, iluminação ou movimentação da sala?
2. O estudante se distrai com facilidade diante de detalhes sensoriais que os colegas parecem não perceber?
3. Demonstra reações emocionais intensas diante de situações cotidianas, frustrações ou mudanças inesperadas?
4. Apresenta dificuldade para se reorganizar emocionalmente após conflitos, frustrações ou transições abruptas?
5. Manifesta reações físicas — como dores de cabeça, náuseas ou fadiga — em ambientes muito estimulantes sensorialmente ou pouco desafiadores?
6. Demonstra envolvimento profundo com suas áreas de interesse, a ponto de perder a noção do tempo ou do ambiente ao redor?
   Relata pensamentos acelerados, dificuldade para "desligar" ou sensação de que sua mente permanece constantemente ativa?

Essas intensidades, quando não são compreendidas, podem ser interpretadas equivocadamente como drama, imaturidade ou comportamento difícil. Reconhecê-las como parte do funcionamento desse estudante é um passo fundamental para construir um ambiente escolar mais responsivo, no qual ele consiga se sentir pertencente e desenvolver plenamente seu potencial.

3.2 Como desenvolver o PEI

O estudo de caso não é um fim em si mesmo. Ele é o alicerce sobre o qual se ergue o Plano Educacional Individualizado. Um estudo de caso cuidadosamente construído, mas que não se traduz em ações pedagógicas concretas, torna-se apenas um arquivo. O que transforma a compreensão em mudança real na vida do estudante é o planejamento que se constrói a partir dele.

A elaboração do PEI precisa ser coerente com os dados coletados. Isso parece óbvio, mas, na prática, é justamente nesse ponto que muitos processos se perdem: recorrem-se a modelos genéricos, estratégias padronizadas ou objetivos vagos que poderiam servir para qualquer estudante (e que, por isso mesmo, não atendem verdadeiramente às necessidades de nenhum).

O PEI de um estudante superdotado ou duplo excepcional precisa falar sobre ele: seus perfis, suas assincronias, suas intensidades, seus pontos de apoio e seus pontos de tensão. Precisa traduzir quem é esse estudante, como aprende, quais barreiras enfrenta e quais caminhos podem favorecer seu desenvolvimento. Se o documento pudesse ser aplicado a qualquer outro estudante da escola, ele ainda não cumpriu sua função.

3.3 A estrutura do PEI

Objetivos gerais de desenvolvimento: o que queremos apoiar nesse estudante ao longo do período? Não apenas em termos acadêmicos, mas também em termos de desenvolvimento humano. Autonomia, autorregulação, capacidade de lidar com o erro, construção de identidade e pertencimento. Esses objetivos dão direção ao plano que está sendo traçado.

Objetivos específicos de aprendizagem: a partir dos objetivos gerais, definem-se metas concretas e observáveis para cada área ou dimensão identificada no estudo de caso.

Estratégias pedagógicas: como esse estudante aprende melhor? Quais abordagens o engajam? Quais o fecham? As estratégias precisam ser escolhidas a partir do perfil de aprendizagem levantado no estudo de caso, e não a partir do que é mais conveniente para a escola. Compactação curricular, aprofundamento temático, aceleração pontual, mentoria, trabalho com pares de interesse semelhante — todas essas possibilidades precisam ser consideradas em função do que os dados revelaram sobre aquele estudante específico.

Adaptações curriculares: adaptar não é simplificar. Para estudantes superdotados, adaptar significa, na maior parte das vezes, complexificar, aprofundar e ampliar. Significa remover tetos artificiais que impedem o avanço e criar condições para que o estudante opere no nível de desafio que, de fato, o mobiliza. Para estudantes duplo excepcionais, adaptar pode significar modificar a forma de apresentação das tarefas, oferecer suportes para as funções executivas ou reduzir demandas em áreas de dificuldade, sem comprometer o acesso ao conhecimento complexo.

Currículo horizontal (o trabalho por projetos e a motivação intrínseca): Uma das estratégias mais potentes para estudantes superdotados e duplo excepcionais é a organização do currículo em torno de projetos de interesse genuíno. O currículo horizontal rompe com a lógica fragmentada das disciplinas isoladas e permite que o estudante mergulhe com profundidade em um tema que o move, atravessando diferentes áreas do conhecimento de forma integrada. Mais do que uma estratégia pedagógica, é uma aposta na motivação intrínseca — aquela que não depende de nota, elogio ou recompensa externa, mas nasce do prazer de conhecer, investigar e criar. Quando um estudante trabalha a partir de uma pergunta que ele mesmo formulou, em um projeto que ajudou a construir, a escola deixa de ser um lugar onde ele apenas suporta estar e passa a ser um lugar onde ele deseja estar.

Formas de avaliação: A avaliação do estudante que segue um PEI precisa ser pensada de forma coerente com o plano. Isso significa que os instrumentos e critérios precisam refletir os objetivos definidos, e não as métricas padronizadas aplicadas ao restante da turma.

Para muitos estudantes superdotados e duplo excepcionais, a avaliação tradicional é justamente onde o descompasso entre potencial e desempenho se torna mais visível e mais doloroso. Diversificar os formatos (portfólios, apresentações, produções autorais, avaliações por processo, entre outros), além de tornar a avaliação mais justa, torna-a mais informativa para o planejamento seguinte.

Recursos e suportes necessários: Quais condições precisam estar presentes para que esse plano funcione? Materiais específicos, tempo de atendimento no AEE, apoio de especialistas externos, ajustes no ambiente físico, parceria com a família? Nomear os recursos necessários é também um exercício de honestidade sobre o que a escola pode oferecer e sobre aquilo que precisa ser construído ou buscado fora dela.

3.4 Enriquecimento curricular como princípio estruturante

Se o estudo de caso é o ato de ver o estudante, e o PEI é o compromisso de responder ao que foi visto, o enriquecimento curricular é o modo como essa resposta se materializa no cotidiano escolar. **Para estudantes superdotados e duplo excepcionais, um currículo que se limita a repetir o que já foi aprendido não é apenas ineficiente: é desumanizante.** Ele comunica, silenciosamente, que o ritmo do grupo importa mais do que as necessidades do indivíduo.

O enriquecimento curricular parte do pressuposto oposto: que o papel da escola é criar condições para que cada estudante avance até onde sua capacidade e seu interesse o levam, e não parar onde a turma para. Esse enriquecimento pode se dar de múltiplas formas: pelo aprofundamento de conteúdos que vão além do previsto para a série; por projetos investigativos que partem de perguntas reais; pela resolução de problemas autênticos, com complexidade e relevância genuínas; por atividades interdisciplinares que recusam a fragmentação artificial do conhecimento; e, especialmente, pelo uso dos interesses pessoais do estudante como eixo estruturante da aprendizagem.

Quando a escola localiza o ponto de encontro entre aquilo que precisa ser aprendido e aquilo que o estudante já deseja conhecer, o engajamento deixa de ser um problema a resolver e passa a ser uma consequência natural.

3.5 Adaptação curricular: flexibilizar sem reduzir

Flexibilizar o currículo significa reconhecer que esse estudante não precisa percorrer o mesmo caminho, no mesmo ritmo e pelos mesmos atalhos que os demais para chegar a uma aprendizagem rica e significativa. Na prática, as adaptações para estudantes superdotados costumam caminhar em direção oposta à simplificação:

Redução de repetições desnecessárias: libera tempo e energia cognitiva que estão sendo gastos em exercícios que o estudante já domina. Pedir que uma criança que já sabe resolver um tipo de problema o resolva quarenta vezes não é consolidação: é tédio institucionalizado.

Ampliação da complexidade: substitui a repetição do conhecido pela exploração do desconhecido. Em vez de mais do mesmo, menos do mesmo e mais do novo.

Aceleração parcial em áreas específicas: permite que o estudante avance no ritmo que seu desenvolvimento exige em determinadas disciplinas, sem que isso implique necessariamente uma mudança de turma ou de série.

Aceleração total: quando o descompasso entre o desenvolvimento do estudante e aquilo que a série oferece é amplo e abrange múltiplas áreas, a aceleração total com avanço de série pode ser a resposta mais adequada. Essa decisão deve ser baseada em uma avaliação honesta e criteriosa do perfil cognitivo do estudante e construída em diálogo com a família.

Compactação curricular: é uma forma estruturada de avaliar previamente o que o estudante já domina e reorganizar o tempo liberado para experiências de enriquecimento. É eficiente, respeitosa e pedagogicamente sólida.

Flexibilização de tempo: reconhece que o estudante pode precisar de mais tempo para investigar um tema com profundidade ou de menos tempo para concluir tarefas que não o desafiam. Flexibilizar o tempo é respeitar o ritmo real de aprendizagem, e não o ritmo médio da turma.

3.6 Implementação do PEI na prática escolar

Um PEI que existe apenas no papel não é um PEI, é uma intenção. A diferença entre os dois está na implementação: no que, de fato, acontece entre o estudante e a escola a cada dia, a cada semana, ao longo de um ano letivo. Para que o PEI funcione, ele precisa ser vivo. Isso significa que ele não pode ser elaborado em fevereiro, arquivado em março e redescoberto em novembro para uma assinatura protocolar. Ele precisa ser revisitado com regularidade e compartilhado entre todos os professores que trabalham com aquele estudante.

O coordenador pedagógico tem papel central nessa articulação: garantir que o PEI não seja propriedade de um único professor, mas uma linguagem comum da equipe. **Na prática, as estratégias que mais têm se mostrado eficazes para dar vida ao PEI incluem:**

Projetos personalizados: partem dos interesses e das perguntas do próprio estudante e permitem um aprofundamento real em torno de algo que o move — e que foram tratados com mais detalhe na seção sobre currículo horizontal.

Portfólios manuais ou digitais: substituem ou complementam avaliações tradicionais e permitem que o estudante documente seu processo, suas descobertas e suas produções ao longo do tempo. O portfólio conta uma história de aprendizagem e não apenas registra um resultado.

Mentoria pedagógica: conecta o estudante a um adulto (professor, especialista ou profissional de uma área de interesse) capaz de orientá-lo em investigações mais aprofundadas. A mentoria reconhece que, em alguns domínios, o estudante superdotado já ultrapassou aquilo que a escola regular pode oferecer sozinha.

Flexibilização da carga horária: pode incluir a redução de atividades repetitivas para liberar tempo destinado a projetos de enriquecimento ou a reorganização dos momentos de atendimento no AEE, de forma articulada com o que acontece em sala de aula.

Redução da carga horária escolar: é uma estratégia que vai além da reorganização interna do tempo na escola. Em casos em que o ambiente escolar representa uma fonte significativa de sobrecarga sensorial, emocional ou cognitiva, ela pode se

traduzir em uma redução real da presença na instituição, permitindo que o estudante frequente a escola quatro, três ou até dois dias por semana, permanecendo em casa nos demais. Nesses dias, o estudante não está "dispensado" da aprendizagem: ele está aprendendo em um ambiente que, para ele, pode ser mais favorável, com menos estímulos disruptivos, maior autonomia de ritmo e maior profundidade de foco.

Em todos esses formatos, há um princípio que não pode ser esquecido: **o estudante precisa ser protagonista do próprio processo. Não um receptor passivo de um plano elaborado sobre ele, mas um sujeito ativo na construção do seu percurso.** Isso significa que sua voz precisa estar presente na definição dos projetos, na escolha das formas de avaliação e no acompanhamento do próprio progresso. Uma escola que faz tudo pelo estudante, mas não faz nada com ele, perde a dimensão mais essencial do que é educar.

3.7 O Estudante não quer ser invisível

Há um equívoco que precisa ser nomeado com clareza, porque ele atravessa muitas das resistências que as escolas encontram ao implementar o PEI: a ideia de que diferenciar o currículo constrange o estudante, que ser tratado de forma diferente dos colegas o faz sentir-se excluído e que o melhor é integrá-lo ao fluxo comum para que ele não se destaque. Essa lógica parece protetora. Mas, na maioria das vezes, ela protege a escola, não o estudante.

O estudante superdotado ou duplo excepcional não se sente mal por ser visto. Ele se sente mal quando é invisibilizado. Não é a diferença que o machuca; é a negação dela. Não é ter atividades distintas, projetos próprios ou um ritmo diferente que o faz sentir-se excluído. É descobrir que suas necessidades foram minimizadas, contornadas ou ignoradas para que ele coubesse em um padrão que nunca foi feito para ele. **A criança que aprende três vezes mais rápido que a turma, que realiza as mesmas vinte tarefas que já sabe resolver desde o primeiro exemplo, que tem perguntas que ninguém responde porque o conteúdo "não é para essa série" — essa criança não está sendo incluída. Ela está sendo apagada.**

O PEI, quando bem implementado, não isola o estudante. Ele o ancora. Ele diz: você existe, você importa, e nós nos comprometemos a criar condições para

que você aprenda de verdade. Esse reconhecimento — de que há um plano pensado para ele, de que existem adultos que o viram e decidiram responder ao que viram — não separa o estudante da escola. É o que o conecta a ela.


ACAAH/SD
Associação Catarinense para Altas Habilidades e Superdotação
SUPERDOTAÇÃO
EXISTE
e não é doença nem transtorno.
Não está no DSM nem tem CID.
Conheça a SUPERDOTAÇÃO.
ACAAHSD: Visibilidade e apoio à superdotação em Santa Catarina.
Instagram da Associação
@associacaoacaahsd